

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO | Encerrado em 31 de dezembro de 2010 (em R\$)

ATIVO	N.E.	2010	ABERTURA 2010	2009 (Reclassificado)	Var (%) 2010x2010	Var (%) 2010x2009
Ativo Circulante		103.925.846,13	84.869.833,45	84.683.833,46	22,45	22,72
Disponível	4	634.605,62	1.779.559,08	1.779.559,08	(64,34)	(64,34)
Caixa		5.276,41	7.062,95	7.062,95	(25,29)	(25,29)
Banco c/ Movimento		629.329,21	1.772.496,13	1.772.496,13	(64,49)	(64,49)
Realizável		103.291.240,73	83.090.274,37	82.904.274,38	24,31	24,59
Aplicações	5	77.481.725,40	57.112.810,75	57.112.810,75	35,66	35,66
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas		26.073.906,67	24.100.984,80	24.100.984,80	8,19	8,19
Aplicações Não Vinculadas às Provisões Técnicas		51.407.818,73	33.011.825,95	33.011.825,95	55,73	55,73
Créditos de Operações c/ Planos de Assis. à Saúde	6	22.775.350,26	23.433.019,91	23.433.019,91	(2,81)	(2,81)
Contraprestações Pecuniárias a Receber		21.255.720,76	22.498.426,80	22.498.426,80	(5,52)	(5,52)
Outros Créditos de Operações c/ Pl. de Assis. à Saúde		1.519.629,50	934.593,11	934.593,11	62,60	62,60
Particip. dos Benefic. em Eventos		564.604,46	50.934,18	50.934,18	1.008,50	1.008,50
Outros Créditos de Oper. c/Pl. de Assis. à Saúde		955.025,04	883.658,93	883.658,93	8,08	8,08
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora.	7	278.492,44	89.323,46	89.323,46	211,78	211,78
Títulos e Créditos a Receber	8	2.477.463,76	2.192.245,23	2.192.245,23	13,01	13,01
Outros Valores e Bens	9	278.208,65	262.875,02	262.875,02	5,83	261,90
Estoques/Almoxarifado		33.301,78	24.935,01	24.935,01	33,56	33,56
Bens à Venda		186.000,00	-	-	-	-
Despesas Antecipadas		58.906,87	51.940,02	51.940,02	13,41	13,41
Ativo Não Circulante		132.607.462,69	125.424.844,31	26.847.696,82	5,73	393,92
Realizável a Longo Prazo	10	2.904.115,89	1.676.293,22	1.676.293,22	73,25	73,25
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		245.117,62	-	-	-	-
Valores e Bens		2.658.998,27	1.676.293,22	1.676.293,22	58,62	58,62
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.658.998,27	1.676.293,22	1.676.293,22	58,62	58,62
Investimentos	11	28.253.574,52	26.166.750,08	2.307.886,25	7,98	1.124,22
Participações Societárias - Investimentos no País		781.172,33	911.636,05	911.636,05	(14,31)	(14,31)
Drogaria Vítabel		704.069,03	808.353,60	808.353,60	(12,90)	(12,90)
Hotel Garden - Campos de Jordão		67.614,64	84.521,58	84.521,58	(20,00)	(20,00)
Avtur - Viagens e Turismo		9.488,66	18.760,87	18.760,87	(49,42)	(49,42)
Propriedades para Investimento		27.464.002,19	25.177.173,97	1.318.310,13	9,08	1.983,30
Outros Investimentos - Credfaz		8.400,00	77.940,07	77.940,07	(89,74)	(89,74)
Imobilizado	12	101.065.068,62	97.003.233,04	22.284.949,38	4,19	353,51
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares		91.326.540,64	90.816.743,35	19.950.275,56	0,56	357,77
Bens Móveis - Não Hospitalares		5.108.154,26	1.439.574,08	1.852.997,94	254,84	175,67
Outras Imobilizações - Não Hospitalares		4.630.373,72	4.746.915,61	481.675,88	(2,46)	861,30
Intangível	13	384.703,66	578.567,97	578.567,97	(33,51)	(33,51)
TOTAL DO ATIVO		236.533.308,82	210.294.677,76	111.531.530,28	12,48	112,08

PASSIVO	N.E.	2010	ABERTURA 2010	2009 (Reclassificado)	Var (%) 2010x2010	Var (%) 2010x2009
Passivo Circulante		71.436.432,97	59.664.681,60	59.664.681,60	19,73	19,73
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	55.522.131,88	50.009.762,40	50.009.762,40	11,02	11,02
Provisão de Risco		-	14.111.506,76	14.111.506,76	-	-
Provisão de Eventos a Liquidar		24.117.872,43	25.528.544,56	25.528.544,56	(5,53)	(5,53)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Ocorridos		31.404.259,45	10.369.711,08	10.369.711,08	202,85	202,85
Debitos de Operações de Assistência à Saúde	15	2.748.765,13	283.428,34	283.428,34	869,83	869,83
Contraprestações a Restituir		2.490.745,56	-	-	-	-
Outros Debitos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde		258.019,57	283.428,34	283.428,34	(8,96)	(8,96)
PI. Saúde da OPS	16	10.866,13	-	-	-	-
Tributos e Contribuições a Recolher	17	6.099.229,18	3.638.655,38	3.638.655,38	67,62	67,62
Provisões		4.064,82	5.064,82	5.064,82	-	-
Debitos Diversos	18	7.055.440,65	5.727.770,66	5.727.770,66	23,18	23,18
Passivo Não Circulante		5.973.333,10	4.889.946,66	4.889.946,66	22,16	22,16
Exigível a Longo Prazo		5.973.333,10	4.889.946,66	4.889.946,66	22,16	22,16
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		329.863,04	-	-	-	-
Provisões para Contingências		5.643.470,06	4.889.946,66	4.889.946,66	15,41	15,41
Patrimônio Líquido		159.123.542,75	145.740.049,50	46.976.902,02	9,18	238,73
Patrimônio Social	22	46.976.902,02	46.976.902,02	26.238.052,63	-	79,04
Ajustes de Avaliação Patrimonial	23	76.255.003,08	76.932.185,11	-	(0,88)	-
Superávits / Déficits Acumulados	24	35.891.637,65	21.830.962,37	20.738.849,39	64,41	73,06
Ajustes de Exercícios Anteriores		(224.814,61)	259.450,56	37.860,29	(186,65)	(693,80)
Resultado do Exercício		36.116.452,26	21.571.511,81	20.700.989,10	67,43	74,47
TOTAL DO PASSIVO		236.533.308,82	210.294.677,76	111.531.530,28	12,48	112,08

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS E DÉFICITS | Encerrado em 31 de dezembro de 2010 (em R\$)

DESCRIÇÃO	N.E.	2010	2009 (Reclassificado)	Var (%)
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	25	365.466.139,55	325.118.130,70	12,41
Contraprestações Líquidas		351.354.632,79	327.338.339,17	7,34
Varição das Provisões Técnicas		14.111.506,76	(2.220.208,47)	735,59
Eventos Indenizáveis Líquidos	26	(308.515.167,79)	(262.253.344,20)	17,64
Eventos Indenizáveis		(309.223.359,72)	(258.283.114,70)	19,72
Recuperação de Eventos Indenizáveis		21.438.949,13	803.382,27	2.568,59
Recuperação de Despesas c/ Eventos Indenizáveis		303.791,17	572.923,95	(46,98)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Ocorridos		(21.034.548,37)	(5.346.535,72)	293,42
RESULTADO DAS OPERAÇÕES C/PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		56.950.971,76	62.864.786,50	(9,41)
Outras Receitas Oper. de Assist. à Saúde não Relac. c/ PI de Saúde da OPS	27	1.635.242,52	1.029.372,68	58,86
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde não Relac. c/ PI de Saúde da OPS	28	(1.605.703,68)	(1.066.858,77)	50,51
RESULTADO BRUTO		56.980.510,60	62.827.300,41	(9,31)
Despesas Administrativas	29	(138.921,10)	(138.247,41)	0,49
Despesas com Pessoal		(48.696.588,08)	(42.189.656,34)	15,42
Demais Despesas Administrativas		(16.489.912,39)	(15.378.719,28)	7,23
Outras Receitas Operacionais	31	21.760.214,55	20.437.869,41	6,47
Outras Despesas Operacionais	32	(7.490.347,91)	(8.276.240,72)	(9,50)
Provisão para Perda sobre Créditos		(1.492.668,82)	625.847,52	(338,50)
Provisão para Contingências - Operacional		(84.268,35)	(427.119,43)	(80,27)
Outras		(5.913.410,74)	(8.474.968,81)	(30,22)
RESULTADO OPERACIONAL		5.924.955,67	17.282.306,07	(65,72)
Resultado Financeiro Líquido	33	6.828.602,87	3.508.262,56	94,64
Receitas Financeiras		9.465.168,26	4.942.172,59	91,52
Despesas Financeiras		(2.636.565,39)	(1.433.910,03)	83,87
Resultado Patrimonial	34	779.166,17	(89.579,53)	969,80
Receitas Patrimoniais		1.624.546,72	726.593,29	123,58
Despesas Patrimoniais		(845.380,55)	(816.172,82)	3,58
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		13.532.724,71	20.700.989,10	(34,63)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Encerrado em 31 de dezembro de 2010 (em R\$)

DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Superávits / Déficits	Total
SALDOS EM 31/12/2008	52.370.965,93	-	(10.848.405,94)	(15.284.507,36)	26.238.052,63
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	37.860,29	-	37.860,29
Retificação de erros em exercícios anteriores			37.860,29		
Aumento Superávits/Déficits Acumulados	(26.132.913,30)	-	10.848.405,94	15.284.507,36	-
Superávit do Exercício			-	20.700.989,10	20.700.989,10
SALDOS EM 31/12/2009	26.238.052,63	-	37.860,29	20.700.989,10	46.976.902,02
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	(224.814,61)	-	(224.814,61)
Retificação de erros em exercícios anteriores			(224.814,61)		
Aumento Superávits/Déficits Acumulados	20.738.849,39	-	(37.860,29)	(20.700.989,10)	-
Ajuste ao Valor de Investimentos			-	21.571.511,81	21.571.511,81
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Imobilizado	-	77.267.218,82	-	-	77.267.218,82
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.012.215,74)		1.012.215,74	
Superávit do Exercício		-		13.532.724,71	13.532.724,71
SALDOS EM 31/12/2010	46.976.902,02	76.255.003,08	(224.814,61)	36.116.452,26	159.123.542,75

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC | Encerrado em 31 de dezembro de 2010 (em R\$)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Var (%)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Planos de Saúde	352.291.034,96	323.012.360,14	9,06
Outros Recebimentos Operacionais	25.423.219,75	29.294.018,84	(13,21)
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(286.509.075,42)	(248.529.549,67)	(15,28)
(-) Pagamentos de Comissões	(133.317,51)	(115.099,12)	(15,83)
(-) Pagamentos de Pessoal	(29.669.561,92)	(23.059.467,88)	(28,67)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(2.916.419,17)	(2.356.937,07)	(23,74)
(-) Pagamentos de Tributos	(22.872.527,61)	(21.814.747,45)	(4,85)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.524.683,90)	(918.021,33)	(66,08)
(-) Pagamentos de Aluguel	(678.554,03)	(889.808,46)	23,74
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(82.629,20)	(81.666,86)	(1,18)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(16.243.086,05)	(20.274.403,55)	19,88
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.08		

A Fundação ASSEFAZ possui 63 contas correntes sob a responsabilidade das Gerências Estaduais e Locais, perfazendo em 31/12/2010 um total de R\$ 383.655,59. A Superintendência Executiva possui 05 contas que totalizaram R\$ 245.673,62. A partir de 2010, as sobras das contas das gerências, passaram a ser transferidas mensalmente para a conta da Superintendência Executiva, gerando receita para a Assefaz através de aplicações financeiras desses recursos.

5. Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras		2010	2009	%
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	(a)	26.073.906,67	24.100.984,80	8,19
Aplicações Não Vinculadas às Provisões Técnicas		51.407.818,73	33.011.825,95	55,73
Renda Fixa	(b)	51.293.132,30	32.900.618,82	55,90
Fundos		51.293.132,30	32.900.618,82	55,90
Renda Variável	(c)	114.686,43	111.207,13	3,13
Total		77.481.725,40	57.112.810,75	35,66

a) Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas

A ANS, através da RN 159/2007, determina que as Operadoras de Saúde garantam financeiramente o total registrado a título de Provisões Técnicas. A partir de 2010, com a alteração promovida pela RN 206/2009, toda vinculação passa a ser obrigatoriamente em valores mobiliários, que não poderão ser movimentados sem a autorização da ANS. A RN 206/2009, extinguiu a Provisão de Risco, cujo montante em 2009 era de R\$ 14.111.506,76, com isso, todo montante vinculado passa a lastrear a PEONIA e a Provisão de Eventos a Liquidar, conforme Nota 14.

A Lei 10.892/2004 prevê a retenção de IR sobre Aplicações Financeiras nos meses de Maio e Novembro de cada exercício. A fim de reduzir o impacto nos meses de retenção, a Assefaz provisiona mensalmente este valor, sendo o registro realizado em conta redutora do grupo, totalizando em dezembro/2010 o montante de R\$ 49.682,20.

O saldo final de dezembro/2010 está composto por R\$ 18.514.296,24 aplicados no Banco do Brasil e R\$ 7.559.610,43 na Caixa Econômica Federal, já líquidos dos impostos.

b) Título de Renda Fixa

Atualmente todas as aplicações estão em contas vinculadas à Superintendência, encerrando o mês de dezembro com 81,3% aplicados em Fundos de Investimentos no Banco do Brasil e 18,7% em aplicações da Caixa Econômica Federal. Esses fundos são avaliados pelo valor de mercado com quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos são reconhecidos pela variação das quotas deduzidos do imposto de renda.

A Lei 10.892/2004 prevê a retenção de IR sobre Aplicações Financeiras nos meses de Maio e Novembro de cada exercício. A fim de reduzir o impacto nos meses de retenção, a Assefaz provisiona mensalmente este valor, sendo o registro realizado em conta redutora do grupo, totalizando em dezembro/2010 o montante de R\$ 96.509,07.

c) Título de Renda Variável

A carteira compõe-se de ações de companhias telefônicas, atualizadas conforme o valor de mercado e custodiadas nos Bancos Bradesco, Real, Itau e Banco do Brasil. São compostas de ações ordinárias e preferências das instituições Brasil Telecom S/A, Embratel S/A, Telemig Participações, Telemar Norte Leste S/A, Telesp S/A, TIM Participações, Contax Participações, Telemar Norte Leste S/A, Telemig S/A (Celular) e VIVO.

Em 2007, a Superintendência Executiva determinou a venda da carteira de ações, porém, com a queda ocorrida no mercado, a venda foi suspensa para estudo do melhor momento de comercialização. A Gerência Nacional de Finanças retomará essas vendas em 2011, conforme a oportunidade do mercado.

O acréscimo apresentado deve-se a rendimento do período, bem como, ao registro das ações da Avtur transferidas para a Fundação a título de devolução de capital integralizado.

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2010	2009	%
Contraprestações Pecuniárias a Receber		21.255.720,76	22.498.426,80	(5,52)
Mensalidades a Receber	(a)	38.137.543,28	24.637.228,46	54,80
(-) Faturamento Antecipado	(b)	(12.806.454,99)	-	-
(-) Provisão para Perda Sobre Créditos - PPSC	(f)	(4.075.367,53)	(2.138.801,66)	90,54
Outros Créditos de Operações c/ Planos		1.519.629,50	934.593,11	62,60
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	(c)	111.811,69	55.002,94	103,28
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis - a faturar	(c)	477.008,54	-	-
(-) PPSC - Part. dos Beneficiários em Eventos	(f)	(24.215,77)	(4.068,76)	495,16
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde	(d)	2.079.315,38	1.915.533,54	8,55
(-) Ajuste a Valor Presente	(e)	(99.055,32)	-	-
(-) PPSC - Outros Créditos	(f)	(1.025.235,02)	(1.031.874,61)	(0,64)
Total		22.775.350,26	23.433.019,91	(2,81)

a) Mensalidades a Receber

Referem-se às mensalidades a receber dos Planos de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica oferecidos pela Assefaz. A RN 206, publicada em dezembro de 2009, alterou a forma de contabilização das Contraprestações Pecuniárias, passando a ser obrigatório o registro pró-rata dia, da receita durante o período de cobertura. Para a Assefaz, essa obrigatoriedade não gerou mudanças no resultado, já que nossos planos possuem coberturas mensais (1 a 30). Porém, seguindo orientações dessa RN, a Assefaz passou a registrar em 2010, as mensalidades geradas, cuja competência refere-se ao mês seguinte, em contrapartida da rubrica de "Faturamento Antecipado", o que não impacta no resultado da empresa.

A partir de setembro/2010, a mensalidade passou a ser cobrada integralmente do beneficiário e após o retorno do órgão conveniado quanto ao direito e ao valor do subsídio, são gerados os títulos de cobrança aos órgãos e de devolução aos beneficiários, com essa alteração, fica registrado nesse grupo o valor da mensalidade e do subsídio, e em contrapartida, o subsídio a restituir, registrado no grupo de contas a pagar - Passivo. Essa alteração gerou um acréscimo no grupo de aproximadamente R\$ 2,4 milhões.

Em 2010, essa rubrica foi impactada, principalmente, pelo reajuste anual de julho/2010, pela alteração na forma de cobrança da mensalidade, pelo registro do Faturamento Antecipado, e pela baixa por perda de títulos vencidos há mais de 120 dias, realizada mensalmente a partir de 2010.

b) Faturamento Antecipado

Conforme previsto na RN 206, de dezembro/2009, são registrados nessa rubrica os boletos, da modalidade pré-pagamento, emitidos em dezembro/2010, cuja competência refere-se a janeiro/2011. Este registro é realizado em contrapartida da rubrica de "Mensalidades a Receber" e não impacta no resultado da empresa.

c) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis

Refere-se à co-participação dos beneficiários de alguns planos oferecidos pela Fundação nos gastos de atendimento ambulatório e internação. O percentual varia de 5% a 30% da despesa, conforme o plano contratado. Em 2010 houve alteração na movimentação deste grupo, pois foram incorporados todos os valores a receber dos beneficiários, inclusive os valores ainda não cobrados, registrados na rubrica "Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis - a faturar", parte deste valor foi contabilizado em Ajustes de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ 403.760,88, referente ao saldo a receber de dezembro/2009.

d) Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo estão registrados os demais créditos relacionados às Operações com Planos de Assistência à Saúde, como os empréstimos do Projeto Fase, no montante de R\$ 98.654,69 e as Negociações de títulos de Planos de Saúde, no total de R\$ 1.980.660,69. Em 2010, houve a transferência de R\$ 354.426,76 para o Realizável a Longo Prazo, referente às negociações com vencimento após o término do exercício seguinte.

e) Ajuste a Valor Presente

Referente à aplicação do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - AVP que tem como finalidade o ajuste para demonstrar o valor corrente de um fluxo de caixa futuro. Em dezembro/2010, foi estimado o valor presente para os ativos de parcelamentos/negociações a vencer cujo registro inicial foi realizado com juros implícitos, no total de R\$ 99.055,32.

f) Provisão para Perda Sobre Créditos - PPSC

São provisionados todos os títulos, vencidos e a vencer, dos contratos que possuem pelo menos um título vencido a mais de 90 dias. Essa metodologia passou a vigorar em janeiro/2009.

O acréscimo significativo na provisão do grupo de Mensalidades a Receber, de 90,54%, refere-se à provisão do Subsídio Patronal de Setembro/2010, em negociação junto a Receita Federal, Ministério da Fazenda, INEP e Presidência da República no montante de R\$ 2.490.59,46, não recebido devido a erro de interpretação da Portaria nº 1/09, do Ministério do Planejamento, por partes dos órgãos conveniados.

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		2010	2009	%
Contas a Receber		684.184,94	1.334.304,65	(48,72)
Convênios a Faturar		169.736,99	-	-
(-) Provisão p/ Perda Sobre Créditos - PPSC		(575.429,49)	(1.244.981,19)	(53,78)
Total		278.492,44	89.323,46	(102,50)

Neste grupo estão registrados os valores a receber dos diversos convênios de Reciprocidade. A rubrica "Convênios a Faturar" refere-se aos valores pagos aos prestadores, cujo ressarcimento por parte do convênio ocorrerá no mês seguinte.

Para o cálculo da Provisão para Perda são considerados todos os valores a receber, vencidos e a vencer, cujo contrato possui pelo menos um título, ou saldo residual de título, vencido a mais de 90 dias.

O decréscimo nas rubricas de Contas a Receber e da Provisão para Perda sobre Crédito deve-se, principalmente, a reversão decorrente da negociação com o Convênio com a ABEI.

8. Títulos e Créditos a Receber

Títulos e Créditos a Receber		2010	2009	%
Créditos Tributários	(a)	54.965,35	61.904,50	(11,21)
Aluguéis	(b)	28.740,00	2.810,00	922,78
Adiantamentos		648.155,50	456.934,30	41,85
Adiantamentos a Funcionários	(c)	523.720,77	281.902,50	85,78
Adiantamentos a Fornecedores	(d)	124.434,73	175.031,80	(28,91)
Outros Créditos		2.054.878,11	1.826.307,71	12,52
Programas Especiais	(e)	59.040,01	59.642,02	(1,01)
Seguros	(f)	177.023,11	113.277,66	56,27
Convênios	(g)	216.771,59	116.975,57	85,31
Títulos em Carteira		-	278,25	-
Contribuição Mensal	(h)	1.336.911,50	1.332.009,84	0,37
Controles com Empregados	(i)	6.245,49	200.501,34	(96,89)
Outros Valores	(j)	258.886,41	3.623,03	7.045,58
(-) Provisão p/ Perda Sobre Créditos - PPSC	(k)	(309.275,20)	(155.711,28)	98,62
Total		2.477.463,76	2.192.245,23	13,01

a) **Créditos Tributários** - Referente aos impostos a recuperar com o fisco. No terceiro trimestre de 2009, foi registrado nessa rubrica o pagamento do IR referente a 2004, compensado em 2005 através da PER/DCCOMP e não homologada pela Receita Federal. Este valor já havia sido recolhido em março/2009, porém devido a um erro na informação da competência da PER/DCCOMP realizada em 2005, a Receita Federal entendeu o erro como uma confissão de dívida e cobrou a compensação novamente. A Fundação irá recorrer através de processo administrativo, a fim de receber ou compensar o valor pago em duplicidade.

b) **Aluguéis** - Referente a aluguéis a receber dos apartamentos para renda e de imóveis administrativos, bem como dos ginásios e salões dos Centros de Lazer. O acréscimo refere-se, principalmente, ao aluguel do imóvel de Brasília, antigo prédio da GE-DF e do imóvel onde funciona a Drograria Vitabel, também em Brasília.

c) **Adiantamentos a Funcionários** - Refere-se aos adiantamentos salariais, de férias, de viagens e conduções a serviço e ainda, aos valores de estourdos de vencimentos, relacionados a férias, licença saúde e rescisões. Conforme acordo coletivo de 2010, o funcionário tem direito de solicitar um adiantamento no valor nominal do salário, podendo parcelar em até 6 vezes sem juros. Esse adiantamento salarial nas férias foi um dos principais motivos para o acréscimo no grupo. Também houve acréscimo na rubrica de Adiantamento de férias, devido à maior quantidade de funcionários em férias no final de 2010.

d) **Adiantamentos a Fornecedores** - Nesta rubrica estão registrados os adiantamentos a credenciados e fornecedores, como acordos de pagamento e a compra de vales transportes do mês de janeiro/11.

e) **Programas Especiais** - Registraram-se os valores a receber nos centros de lazer e lanchonetes, referentes, principalmente, às reservas de chales e apartamentos.

f) **Seguros** - Referente à intermediação de Seguros de Vida, onde a ASSEFAZ recebe dos beneficiários os valores dos seguros e repassa para as administradoras.

g) **Convênios** - Nesta rubrica estão registrados os valores da intermediação de Convênios Comerciais e Convênios de Remoção Terrestre - UTI Vida, oferecidos aos beneficiários.

h) **Contribuição Mensal** - Referente à Contribuição Mensal a receber dos membros beneficiários. Acerca do total arrecadado com Contribuição Mensal, 50% são destinados à composição de Fundos Sociais.

i) **Valores com Empregados** - Nesta rubrica estão registrados os valores a receber, referentes a empréstimos realizados a empregados da Fundação. Anualmente, eram disponibilizados 2% do faturamento bruto do ano anterior para empréstimos pessoais. Como a aprovação do acordo coletivo de 2010, este tipo de empréstimo deixou de ser praticado, passando a ser disponibilizado o empréstimo consignado em folha junto ao Banco do Brasil e o adiantamento salarial nas férias. A redução deve-se a quitação das parcelas do período, além da baixa para perda de valores considerados como incobráveis, conforme autorização da Superintendência Executiva.

j) **Outros Valores** - Outros valores a receber, como venda de imobilizado e recuperação de despesas administrativas. O acréscimo deve-se a provisão de R\$ 249.975,00, referente à distribuição de dividendos sobre o lucro de 2010, da Controlada Drograria Vitabel.

k) **Provisão para Perdas Sobre Créditos** - Conforme estabelecido pela ANS, a provisão é realizada para todos os créditos, a vencer e vencidos, dos contratos que possuem pelo menos um título vencido a mais de 90 dias. O acréscimo refere-se a provisão sobre os valores a receber dos convênios comerciais, item g.

9. Outros Valores e Bens

Outros Valores e Bens		2010	2009	%
Estoques/Almoxarifados	(a)	33.301,78	24.935,01	33,55
Bens a Venda	(b)	186.000,00	-	-
Despesas Antecipadas	(c)	58.906,87	51.940,02	13,41
Total		278.208,65	76.875,03	261,90

a) **Estoque/Almoxarifados** - Neste grupo estão registrados os estoques de mercadorias para revenda nos Centros de Lazer.

b) **Bens a venda** - Nesta rubrica está registrado o terreno de Ribeirão Preto - SP, cuja venda já foi autorizada pelo Ministério Público e deverá ser concretizada no 1º semestre/2011. O valor do imóvel foi avaliado por empresa especializada, e está registrado pelo valor justo. A valorização foi contabilizada em contrapartida de rubrica do PL - "Ajustes de Avaliação Patrimonial", com efeito retroativo a 01/01/2010, pelo montante de R\$ 171.415,91.

c) **Despesas Antecipadas** - Referentes aos pagamentos de contratos com vigência superior a um mês, como os seguros de imóveis e veículos, aluguéis e assinaturas de periódicos. A despesa é apropriada mensalmente durante o prazo contratado.

10. Realizável a Longo Prazo

10.1 - Outros Créditos a Receber - Longo Prazo

Outros Créditos a receber		2010	2009	%
Outros créditos a receber - negociações	(a)	354.426,76	-	-
(-) Ajuste a Valor Presente	(b)	(44.725,83)	-	-
Justiça Trabalhista	(c)	(64.583,31)	-	-
Total		245.117,62	-	-

a) **Outros Créditos a Receber** - Neste grupo estão registrados os demais créditos relacionados às Operações com Planos de Assistência à Saúde, referente às Negociações de títulos de Planos de Saúde, com vencimento após o término do exercício seguinte.

b) **Ajuste a Valor Presente** - Referente à aplicação do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - AVP, que tem como finalidade demonstrar o valor corrente de um fluxo de caixa futuro. Em dezembro/2010, foi estimado o valor presente para os ativos de parcelamento/negociações a vencer cujo registro inicial foi realizado com juros implícitos, o total de R\$ 44.725,83 são referentes a parcelas cujo vencimento ultrapassa o final do exercício seguinte.

c) **Provisão para Perda Sobre Créditos - PPSC** - São provisionados todos os títulos, vencidos e a vencer, dos contratos que possuem pelo menos um título vencido a mais de 90 dias. Essa metodologia passou a vigorar em janeiro/2009. O saldo dessa rubrica refere-se a provisão dos valores com vencimento superior ao fim do próximo exercício.

10.2 - Depósitos Judiciais e Fiscais

Depósitos Judiciais e Fiscais		2010	2009	%
Justiça Cível		2.086.601,21	1.302.120,80	-
Justiça Trabalhista		572.397,06	374.172,42	-
Total		2.658.998,27	1.290.832,71	-

Referem-se aos valores depositados em juízo, resultantes de ações cíveis e trabalhistas. Em 2010, houve registro de novos depósitos trabalhistas, principalmente, nas gerências DF, PR e SP, que totalizaram R\$ 178.573,97. Referente aos depósitos de ações cíveis houve movimento, principalmente, nas gerências de AL, DF, PA e PE, que totalizaram R\$ 522.760,48.

11. Investimentos

11.1 - Participações Societárias - Investimentos no País

Participações Societárias - Investimentos no País		2010	2009
Avtur - Assefaz Viagens e Turismo	(a)	9.488,66	18.760,87
Assefaz Garden Hotel	(b)	67.614,64	84.521,58
Drograria Vitabel	(c)	704.069,03	808.353,60
Total		781.172,33	911.636,05

a) **Avtur - ASSEFAZ Viagens e Turismo** - A Fundação possui 99,99% do Capital Social dessa empresa, criada para administrar e explorar as atividades de viagens e turismo. Como a empresa vinha apresentando prejuízo nos últimos exercícios, em Março de 2008 foi decidido o encerramento de suas atividades pelo Conselho de Administração. O resultado de 2010 refere-se a despesas bancárias e resultados com ações telefônicas. Neste exercício houve a transferência das ações telefônicas, custodiadas no Banco Itau, para a Fundação Assefaz, como devolução de capital integralizado. O saldo restante refere-se às ações telefônicas que estão em processo de transferência, custodiadas nos Bancos do Brasil e Bradesco.

b) **ASSEFAZ Garden Hotel** - A ASSEFAZ é detentora de 99,99% do Capital Social dessa empresa, que visa fornecer hospedagem e lazer aos membros beneficiários e ao público externo. Devido aos prejuízos acumulados pelo Hotel, em 2008 a empresa apresentou Passivo à Descoberto, o registro da Equivalência Patrimonial deixou de configurar na rubrica de Investimento, sendo registrado no Passivo Exigível a Longo Prazo, como provisão para Passivo a Descoberto. Em dezembro/2009, a Fundação fez aporte de Capital, com a finalidade de manter a atividade da empresa e para melhorar a situação patrimonial. O aporte total foi de R\$ 373.201,37, sendo utilizados como recursos os saldos dos empréstimos realizados e não descontados. Em 2010, foi repassado para o Hotel o montante de R\$ 196.415,08, a título de aporte de Capital. Mesmo com as medidas tomadas no intuito de melhorar a taxa de ocupação do Hotel, o exercício foi encerrado com um prejuízo de R\$ 228.759,30.

c) **Drograria Vitabel** - A ASSEFAZ possui 99,99% do Capital Social da Drograria, que tem como objetivo social o comércio de produtos farmacêuticos, hospitalares, dietéticos, perfumaria e higiene. Em 2010, houve um acréscimo de 53,89% no Lucro Bruto da Vitabel, ocasionado pelo aumento nas vendas. Além disso, houve o impacto da alteração do método de apuração dos impostos, que passou a ser pelo Lucro Real, o que gerou uma economia de R\$ 86.489,44. O exercício de 2010 foi encerrado com um Lucro de R\$ 405.325,85.

11.2 - Propriedade para Investimento

	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 01/01/2010	Aquisições	Baixas	Ajustes Valor Justo	Saldo em 31/12/2010
CUSTO ACUMULADO	1.787.381,90	25.177.173,96	111.747,59	-	2.175.480,64	27.464.402,19
Imóveis de Uso Próprio - Não Hosp	1.787.381,90	25.177.173,96	111.747,59	-	2.175.480,64	27.464.402,19
Salas	1.787.381,90	84.539,84	-	-	5.060,16	89.600,00
Terenos	-	16.471.174,44	-	-	1.766.127,75	18.237.302,19
Outras Edificações	-	8.621.459,68	111.747,59	-	404.292,73	9.137.500,00
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(469.071,77)	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio - Não Hosp	(469.071,77)	-	-	-	-	-
Edificações	(469.071,77)	-	-	-	-	-
Saldo Líquido	1.318.310,13	25.177.173,96	111.747,59	-	2	

a) Grupo de Bens Imóveis – Edificações, Terrenos, Imobilizações em Curso, Instalações, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros e Outras Imobilizações – Jazigos

Para adoção dos CPC's, a Assefaz realizou, em 2010, uma revisão de todos os seus bens imóveis, analisando a utilização de cada item. Com isso, foi identificada a necessidade de reclassificação contábil de vários bens, registrados no imobilizado, para o grupo de Propriedade para Investimento, uma vez que esses bens não estavam sendo utilizados na operação da empresa, como determinado pelo CPC 27. A reclassificação foi realizada com efeito retroativo a 01/01/2010, no valor de R\$ 2.287.352,02.

Para atendimento aos demais itens do CPC 27 e ICPC 10, foi contratada uma empresa independente especializada para a Avaliação Patrimonial de todos os bens imóveis da Fundação (Mercato Assessoria e Avaliações), com emissão de laudos determinando o valor de mercado/justo, a vida útil remanescente e valor residual de cada item.

De posse desses laudos, a Assefaz identificou que os valores contábeis eram substancialmente inferiores aos valores de mercado, e conforme previsto e incentivado nos referidos pronunciamentos, optou-se pela adoção do custo atribuído, substituindo os valores anteriores aos valores de mercado, entendendo que assim as Demonstrações Contábeis estarão retratando a situação patrimonial atual da Assefaz.

Para a adoção do custo atribuído, foi realizado, com efeito retroativo a 01/01/2010, o total de R\$ 76.760.769,2, referente à valorização dos bens Imóveis, em contrapartida da rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no grupo do Patrimônio Líquido, nota 23. Esse registro com efeito retroativo tem a finalidade de recriar um balanço de abertura, facilitando a visualização e comparabilidade entre os períodos.

b) Grupo de Bens Móveis – Máquinas e Equipamentos, Computadores e Periféricos, Softwares Operacionais, Móveis e Utensílios, Veículos, Obras de Arte, Outras Imobilizações - títulos de Clubes

Os bens móveis permaneceram contabilizados pelo valor de custo, com análise realizada internamente das taxas de depreciação, vida útil e valor residual para cada grupo, com base na utilização da empresa.

O grupo de Veículos foi o único a apresentar divergências entre a taxa de depreciação praticada e o levantamento realizado. Na Fundação, a utilização desse tipo de bem é de aproximadamente 10 anos, e após esse período, existe a recuperação em média de 40% do valor de custo. Assim, houve a alteração na taxa de Depreciação desse grupo, de 20% a.a. para 10% a.a. vida útil de 5 anos para 10 anos e aplicação de valor residual de 40% sobre o valor de compra.

Com a adoção da nova vida útil e do valor residual para esse grupo, foi necessário um ajuste na conta contábil de Depreciação Acumulada, no valor de R\$ 335.033,71, registrado em contrapartida da rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no grupo do Patrimônio Líquido, nota 23.

Neste exercício foi realizada a análise de todos os Softwares registrados na Fundação, com transferências das licenças de sistema operacional do grupo de Intangível para o grupo do Imobilizado, no valor de R\$ 50.188,19, já líquidos da Amortização Acumulada.

c) Teste de Impairment – Teste de Recuperabilidade

Conforme determinado pelo CPC 01- Ajuste ao Valor Recuperável, a empresa deve realizar uma análise de todo seu ativo ou grupo de ativos relevantes, visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado. Esse levantamento é conhecido como Teste de Impairment ou Teste de Recuperabilidade, e deve ser realizado no mínimo anualmente ou quando for identificado algum indício de perda na recuperação. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a empresa deverá reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.

Para atendimento a este pronunciamento, a Assefaz analisou todos os veículos e os bens com valores líquidos superiores a R\$ 10.000,00, sendo realizada provisão de R\$ 8.348,72, no grupo de Veículos.

13. Intangível

Estão registrados nesse grupo os Sistemas de Computação – Softwares e respectiva amortização acumulada. Após levantamento de todos os bens, foram reclassificados, para o grupo de Imobilizado, as licenças de sistema operacional para atendimentos aos CPC's, no total líquido de R\$ 50.188,19, além disso, houve a revisão da amortização acumulada de todos os bens, com ajuste do saldo na rubrica de Ajustes de Exercícios Anteriores.

A movimentação do grupo está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2009	Aquisições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31/12/2010
CUSTO ACUMULADO	2.863.374,51	84.043,24	(4.499,18)	(516.454,37)	-	2.426.464,20
Ativo Intangível - Não Hosp	2.863.374,51	84.043,24	(4.499,18)	(516.454,37)	-	2.426.464,20
Sistema de Computação	2.863.374,51	84.043,24	(4.499,18)	(516.454,37)	-	2.426.464,20
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.284.806,54)	(253.282,17)	1.333,64	466.266,18	28.728,35	(2.041.760,54)
Ativo Intangível - Não Hosp	(2.284.806,54)	(253.282,17)	1.333,64	466.266,18	28.728,35	(2.041.760,54)
Sistema de Computação	(2.284.806,54)	(253.282,17)	1.333,64	466.266,18	28.728,35	(2.041.760,54)
Saldo Líquido	578.567,97	(169.238,93)	(3.165,54)	(50.188,19)	28.728,35	384.703,66

14. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Provisões Técnicas	2010	2009	%
Provisão de Risco	(a)	-	14.111.506,76 (100,00)
Prov. pl/ Eventos Ocorridos e não avisados - PEONA	(b)	31.404.259,45	10.369.711,08 202,85
Prov. pl/ Eventos a Liquidar	(c)	24.117.872,43	25.528.544,56 (5,53)
Credenciados da Saúde	(c.1)	21.153.652,67	21.439.864,54 (1,33)
Provisão - Faturas Credenciados Saúde	(c.2)	2.362.590,89	2.473.571,36 (4,49)
Provisão - Recursos de Glosa em Análise	(c.3)	601.628,87	1.615.108,66 (62,75)
Total	55.522.131,88	50.009.762,40	97,32

a) **Provisão de Risco** – Até 31 de dezembro de 2009 era constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa - RN nº 160/2007, expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada à garantia da parcela das contraprestações (mensalidades) dos planos com preço pré-estabelecido, cuja vigência do risco ainda não tinha findado (garantia de atendimento à carteira de beneficiários). A partir de 2010, com a publicação da RN 209/2009, esta provisão foi extinta e o saldo final de dezembro/2009, totalmente revertido. Em contrapartida, para ajuste da competência, a ANS através da RN 206/2009, determinou a contabilização das contraprestações pró-rata-dia ao período de cobertura. Essa mudança na contabilização não alterou o resultado da Fundação, uma vez que as coberturas de seus planos são mensais (1 a 30 de cada mês). O valor vinculado como ativo garantidor não poderá ser resgatado, sendo utilizado para a vinculação das demais provisões técnicas.

b) **PEONA** - Provisão constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa- RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009, expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente (garantia de pagamento aos prestadores). A provisão foi iniciada em janeiro/2008, conforme previsto pela RN 206/2009, a Assefaz complementou o saldo da PEONA, no total de R\$ 14.111.506,76, eliminando o impacto contábil da reversão da Provisão de Risco, porém não é necessária a imediata vinculação de ativos garantidores para cobrir a parcela adicional. A vinculação permaneceu no total de 36/72 avos da Provisão, alcançando em dezembro/2010 o montante de R\$ 17.292.749,17.

c) **Provisão para Eventos a Liquidar** – Estabelecida pela RN 209 de 22 de dezembro de 2009, refere-se ao valor a pagar aos prestadores de saúde, em substituição à rubrica "Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde". Conforme previsto na RN, deve ser constituída com base no valor apresentado pelo prestador e no período de apresentação, independente do faturamento a ser realizado pela empresa. A Resolução 227, de agosto de 2010, estabelece a vinculação de ativos garantidores, a partir de 2011, para a parcela da Provisão para Eventos a Liquidar, cuja data de aviso tenha ocorrido a mais de 30 dias. A Assefaz está estudando os valores para identificar quanto precisará ser vinculado, estima-se que seja pouco, devido ao fluxo de pagamento desse tipo de despesa, cujo aviso acontece no mesmo mês do registro.

c.1) **Credenciados da Saúde** – Refere-se às obrigações a pagar para prestadores de serviços de saúde, cuja fatura foi registrada dentro do período de competência, com vencimento para o dia 10 do mês seguinte.

c.2) **Provisão de Faturas Credenciados Saúde** – Em obediência ao regime de competência, são provisionados nesta rubrica os valores referentes aos serviços de saúde de competência dezembro/10, cuja fatura tenha sido registrada no mês seguinte, em dezembro essa provisão alcançou o montante de R\$ 1.742.199,01. Também está registrada nessa rubrica a provisão para faturas apresentadas pelos prestadores, mas que não houve o registro contábil, principalmente, pela falta de documento fiscal, em dezembro/10, essa provisão foi de R\$ 620.391,88.

c.3) **Provisão – Recursos de Glosa em Análise** – Esta provisão têm como finalidade o registro dos recursos de glosa, dentro do período de competência da despesa e não apenas no momento do pagamento. A redução, quando comparado com 2009, deve-se a revisão dos recursos de glosas em aberto, de competências antigas.

15. Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo estão registradas as demais obrigações, com beneficiários e funcionários, relacionadas à devolução de mensalidades, contribuições, co-participação, Plus-Dental, além de reembolso de contas médicas e de medicamentos.

Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2010	2009	%
Contraprestações a Restituir	2.490.745,56	-	-
Outros Débitos com Beneficiários	257.109,28	281.787,35	(6,7)
Outros Débitos com Empregados	910,29	1.640,99	(44,53)
Total	2.748.765,13	283.428,34	(53,29)

A partir de 2010, houve a abertura de conta "Contraprestações a Restituir" para o registro dos valores relacionados a devolução de mensalidades, contribuições e co-participações, valores anteriormente registrados na rubrica Outros Débitos com Beneficiários. O acréscimo no grupo deve-se a alteração na forma de cobrança do subsídio patronal, a partir de setembro/10, as mensalidades passaram a ser cobradas integralmente dos beneficiários e após a confirmação do valor a receber do órgão contratante, é gerado um faturamento de devolução ao beneficiário, cuja contabilização ocorre nesta rubrica.

16. Débitos com Operações de Assistência a Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Neste grupo estão registrados os débitos referentes aos Convênios de Reciprocidade. O saldo de dezembro/2010 refere-se aos valores já ressarcidos pelos convênios, cujo pagamento ao prestador não ocorreu na mesma competência, ocasionado, principalmente, pela falta de apresentação de documento fiscal para pagamento.

17. Tributos e Contribuições a Recolher

Tributos e Contribuições a Recolher	2010	2009	%
Tributos, Contribuições e Encargos Trabalhistas	(a)	1.242.567,44	1.122.845,71 10,66
Tributos e Contribuições a Recolher	(b)	1.076.899,14	924.316,36 16,51
Provisões de Tributos e Encargos	(c)	3.779.762,60	1.591.493,31 137,50
Total	6.099.229,18	3.638.655,38	67,62

a) Referente ao INSS, FGTS, IRRF, PIS e Contribuição Sindical a serem recolhidos sobre a folha de pagamento. O acréscimo deve-se, principalmente, pelo reajuste dado aos funcionários em 2010, e pela reestruturação na Superintendência e GE-DF, conforme nota 18 a.

b) Esta rubrica está composta pelos tributos e contribuições a recolher sobre os fornecedores de serviços e materiais administrativos e dos prestadores de serviços de saúde.

c) Refere-se à provisão de INSS patronal sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho dos exercícios de 2005 a 2009. Em 2010, houve o levantamento completo desses valores, sendo necessário o complemento dos valores das demais gerências. Até 2009, a provisão era apenas da GE-DF. Esta provisão é atualizada pela Selic. Do total provisionado, R\$ 2.355.823,77 refere-se ao valor principal e R\$ 1.423.938,83 refere-se a Multa e atualização Monetária.

18. Débitos diversos

Neste grupo estão registrados os débitos referentes a Obrigações com Pessoal, Fornecedores e Depósitos de Terceiros, conforme detalhados a seguir:

Débitos Diversos	2010	2009	%
Obrigações com Pessoal	(a)	5.647.836,36	4.970.219,53 13,63
Fornecedores	(b)	1.240.805,80	581.175,10 113,50
Depósitos de Terceiros	(c)	166.798,49	176.376,03 (5,43)
Total	7.055.440,65	5.727.770,66	23,18

a) Compostos pelas obrigações com empregados, como: salários, pensão alimentícia, reembolso escolar, empréstimos, além das rubricas de Provisão para Férias e 13º Salário, juntamente com os respectivos Encargos Sociais. Na rubrica "Outras Obrigações" estão registradas as Pensões Alimentícias a pagar, Reembolso escola a pagar, Seguro dos empregados a pagar.

Obrigações com Pessoal	2010	2009	%
Salários	1.544.240,53	1.301.597,15	18,64
Férias a pagar	3.530.461,57	3.160.118,49	11,72
Outras obrigações	573.134,26	508.503,89	12,71
Total	5.647.836,36	4.970.219,53	13,63

O aumento no grupo deve-se, principalmente, pelo reajuste dado aos funcionários conforme acordo coletivo de 2010, e pelas reestruturações realizadas na Superintendência e na Gerência do DF, com a criação de cargos estratégicos. Em 2010, o salário médio da Assefaz sofreu um aumento de R\$ 1.789,00 para R\$ 1.903,00, sendo o e exercício encerrado com 998 empregados.

b) Esta conta é composta por:

Fornecedores	2010	2009	%
Fornecedores de Bens e Serviços	(b.1)	819.449,46	440.217,22 86,15
Programas Assistenciais e Culturais	(b.2)	421.356,34	140.957,88 198,92
Total	1.240.805,80	581.175,10	113,50

b.1) Referente aos fornecedores de bens e Serviços. O acréscimo deve-se a maior acúmulo de valores a pagar no mês seguinte. Destaca-se o pagamento à empresa APA Indústria Microcomputadores e Periféricos Ltda., referente aos serviços de manutenção de rede elétrica e lógica no imóvel da Superintendência Executiva, e à empresa Mercatto Avaliações Ltda., referente aos serviços de Avaliação Patrimonial.

b.2) Referente aos débitos dos Convênios e Seguros. O acréscimo deve-se a maior acúmulo de valores a pagar no mês seguinte, bem como, a dividendos recebidos da Seguradora Bradesco Vida a serem repassados para os beneficiários do seguro, no valor de R\$ 174.839,64.

c) Este grupo está composto pelas rubricas de Adiantamentos de Clientes e Depósitos não Identificados. A rubrica de Adiantamento de Clientes refere-se, principalmente, aos adiantamentos das reservas de diárias dos Centros de Lazer, que possuem pousadas, chalés e apartamentos, e encerrou o exercício de 2010 com o saldo de R\$ 95.301,34, um acréscimo de 19,91%, quando comparado com 2009. A rubrica Depósitos não identificados refere-se a créditos realizados nas contas correntes da Fundação, cuja origem não foi identificada, esta rubrica encerrou o exercício de 2010 com o saldo de R\$ 71.497,15, decréscimo de aproximadamente 26,22%, quando comparado com 2009.

Nota 19 – Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Longo Prazo

Nesta rubrica estão registrados os valores de eventos a liquidar, referente a utilização médico-hospitalar dos beneficiários da Assefaz junto a rede pública – SUS. O valor da provisão é baseado em notificação recebida da ANS, por meio de Ofício de Aviso de Beneficiário Identificado, este valor pode ser discutido junto a ANS. Após a geração da Guia de Recolhimento de Receitas da União (GRU), a provisão é transferida para o curto prazo para pagamento.

20. Provisões para Contingências

Conforme previsto pela NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON foram constituídas provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais, movidas contra a Fundação ASSEFAZ, de natureza cível e trabalhista. A provisão foi embasada em relatórios da Assessoria Jurídica, onde foram consideradas as ações cuja expectativa de perda fora classificada como "provável", com exceção das ações que possuem liminar concedida, onde o objeto da ação já foi cumprido. Em 2010, a Assefaz atualizou monetariamente os valores das demandas judiciais, utilizando como base o índice INPC, o que gerou um acréscimo de R\$ 1.282.039,87 no total provisionado.

Demandas Judiciais	2010	2009	%
Provisões Cíveis	3.942.383,96	3.339.040,25	18,07
Provisões Trabalhistas	1.701.086,10	1.550.906,41	9,68
Total	5.643.470,06	4.889.946,66	15,41

Outras Informações

Existem ainda, ações movidas contra a Fundação ASSEFAZ não provisionadas, conforme quadro abaixo:

Natureza da Ação	Probabilidade de Perda					
	Provável - com Liminar			Possível		
	Estimativa	Atualização	Total	Estimativa	Atualização	Total
Provisões Cíveis	286.352,41	50.197,93	336.550,34	2.561.573,10	645.624,38	3.207.197,48
Provisões Trabalhistas	0,00		0,00	2.224.644,26	457.177,69	2.681.821,95
Total	286.352,41	50.197,93	336.550,34	4.786.217,36	1.102.802,07	5.889.019,43

21. Seguros

A ASSEFAZ mantém seguros para os bens patrimoniais, os quais considera serem suficientes para fazer face a possíveis prejuízos com sinistros.

22. Patrimônio Social

O Patrimônio é constituído pelos bens, direitos e obrigações especificados no momento de sua criação, além da incorporação dos superávits ou déficits apurados em cada exercício, conforme previsto no Estatuto.

23. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Neste grupo está registrada a valorização com os ajustes de Avaliação Patrimonial dos itens do imobilizados, ocasionados pela aplicação da CPC 27 e ICPC 10. O saldo dessa rubrica será realizado, contra a conta de Resultado do Exercício, através da Depreciação mensal ou da alienação dos bens.

No Exercício de 2010, foi registrado nessa rubrica o total de R\$ 335.033,71, referente a alteração da vida útil e valor residual dos veículos (nota 12.b), o valor de R\$ 171.415,91, referente a valorização de bens a venda (nota 9.b), o montante de R\$ 76.760.769,20, referente a valorização dos bens imóveis (nota 12.a), além da baixa de R\$ 1.012.215,74, referente realização por depreciação dos bens imóveis.

Ajuste de Avaliação Patrimonial	2010
Veículos	335.033,71
Valorização dos bens imóveis - bens a Venda	171.415,91
Valorização dos bens imóveis - imobilizado	76.760.769,20
Realização por depreciação - bens imóveis	(1.012.215,74)
Total	76.255.003,08

24. Superávit Acumulado ou Resultado

a) Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 2010, houve os seguintes registros nessa rubrica:

Descrição	Valor
Saldo Co-participação Beneficiários	(403.760,88)
Equivalência Exercícios Anteriores - Hotel	(15.454,40)
Equivalência Exercícios Anteriores - Vitabel	259.574,88
Provisão INSS - Cooperativa	1.967.469,02
Depreciação Acumulada - Imóveis	(259.450,56)
Depreciação Acumulada - Máquinas e Equip.	(121.742,01)
Depreciação Acumulada - Materiais Desportivos	(2.376,80)
Depreciação Acumulada - Moveis e Utensílios	(12.168,02)
Valor de Custo - Obras de arte	160,00
Amortização Acumulada - Softwares	(41.657,48)
Depreciação Acumulada - Veículos	(38.866,73)
Depreciação Acumulada - Computadores e Periféricos	(1.106.912,41)
Total	224.814,61

a.1) Saldo Co-participação Beneficiários – Referente ao saldo de 2009 do total a receber de co-participação do beneficiários em Eventos Indenizáveis, mas ainda não cobrado dos mesmos, conforme nota 6.c.

a.2) Equivalência Exercícios Anteriores – Referente a parte da Equivalência Patrimonial, cujo registro nas controladas ocorreu na rubrica de Ajustes de Exercícios Anteriores.

a.3) Provisão INSS – Cooperativa – Refere-se ao registro da Provisão para INSS sobre Cooperativas, conforme nota 17.c.

a.4) Depreciação Acumulada – Imobilizado - Referente ao ajuste dos saldos iniciais das contas de Depreciação Acumulada, devido a erros nas baixas dos bens anteriores a 2008, cujo valor de custo era baixado ou transferido, e a respectiva depreciação acumulada permanecia registrada como redutora do ativo, conforme nota 12.b.

b) Resultado do Exercício

Resultado de Exercício	2010	
Ajuste ao valor justo de Investimentos	(b.1)	21.571.511,81
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(b.2)	1.012.215,74
Superávit do Exercício	(b.3)	13.532.724,71
Total		36.116.452,26

b.1) Ajuste ao valor justo de Investimentos – Refere-se a valorização dos bens registrados no grupo de Propriedade para Investimentos, devido ao ajuste a Valor Justo, conforme Laudo de Avaliação Patrimonial realizada em 2010, por empresa especializada, nota 11.2.

b.2) Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial – Referente a realização por depreciação dos valores registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial do Imobilizado, nota 23, referente

advocaticios na ação contra o Banco do Brasil referente ao Plano Verão, ao pagamento à empresa Mercatto Avaliações referente à Avaliação Patrimonial de todos os Bens Imóveis da Fundação, bem como, a empresa Deloitte Touche, referente a consultorias para o Projeto Cisão.

b.2) Neste grupo estão registrados os gastos com aluguel, água, luz, telefone, conservação e limpeza, materiais de expedientes, despesas bancárias, malotes, fretes, manutenções em geral, depreciação e amortização.

b.3) Composto pelos gastos com IPVA, IPTU, taxas de fiscalizações e outros. O grupo foi impactado, principalmente, pelo aumento nas despesas com IPTU, que apresentou um acréscimo de 36,07% quando comparado com o exercício anterior.

b.4) Refere-se às despesas com provisões de demandas judiciais trabalhistas, além das despesas com custas processuais e condenações. O decréscimo deve-se a reversão de provisão, devido a finalização do processo ou alteração na expectativa de perda.

b.5) São registrados os gastos com publicações, despesas judiciais, assinaturas de periódicos, serviços gráficos e de arquivo, comemorações e festividades, entre outros. No 3º trimestre/2010, vale destacar o pagamento de R\$ 201.687,40 de custas processuais da ação contra o Banco do Brasil, referente ao Plano Verão

31 – Outras Receitas Operacionais

Refere-se, principalmente, às receitas com a parte Social da Fundação ASSEFAZ, com os programas especiais- Receitas PAT, comissões sobre seguros e convênios comerciais, além de recuperações de despesas, dentre outros. Neste grupo destaca-se a contribuição mensal, que em 2010 alcançou o montante de R\$ 15.345.719,58.

O acréscimo no grupo deve-se, basicamente, pelo registro do recebimento de ação contra o Banco do Brasil, no valor de R\$ 2.016.874,37, referente ao Plano Verão.

32 – Outras Despesas Operacionais

Está composto por despesas com provisão de perda sobre créditos, provisões sobre demandas judiciais cíveis, despesas com Encargos Sociais – INSS s/ Prestadores de Saúde, além dos gastos com os programas sócio-assistenciais voltados aos membros beneficiários, destacando-se as campanhas de vacinação, ginástica laboral, festas e comemorações, eventos esportivos e o reembolso de 50% das diárias do Hotel Campos do Jordão-SP.

Outras Despesas Operacionais	2010	2009	%
Provisão para Perdas Sobre Créditos	1.492.668,82	(625.847,52)	(338,50)
Provisão para Contingências - Operacionais	84.268,35	427.119,43	(80,27)
Outras	5.913.410,74	8.474.968,81	(30,22)
Total	7.490.347,91	8.276.240,72	(9,50)

a) Esta rubrica varia conforme a maior ou menor necessidade de Provisão para Perdas. O acréscimo em 2010, deve-se a necessidade de provisão sobre o valor a receber do Subsídio Patronal de setembro/2010, conforme Nota 6.f. O saldo negativo de 2009, deve-se a reversão do valor provisionado dos títulos vencidos de longa data, baixados como perda no encerramento do exercício de 2009.

b) O decréscimo na rubrica de Provisão para Contingências, deve-se a menor necessidade de complemento de Provisões Cíveis.

c) O decréscimo deve-se, principalmente, as baixas por perdas realizadas em 2009, referentes a títulos vencidos de longa data, uma diferença de aproximadamente, R\$ 2,9 milhões.

33 – Resultado Financeiro

a) Receitas Financeiras - Composto, basicamente, pelas receitas com Aplicações Financeiras, que totalizaram em 2010, o montante de R\$ 6.514.923,57, e pela Receita com Ajuste a Valor Presente, referente a valorização dos Imóveis classificados como Investimentos, totalizando R\$ 2.316.931,08 em 2010. Também, são registradas nesse grupo as receitas de juros por recebimento em atraso das contraprestações, juros/multas do Projeto Fase, de empréstimos a empregados e descontos obtidos.

b) Despesas Financeiras - Composto, basicamente, pelas despesas com Impostos sobre Aplicações Financeiras, além de perdas nas ações, que totalizaram R\$ 970.375,70.

Em 2010, também se destacaram nesse grupo, os gastos com atualização monetária sobre as contingências, Nota 20, despesas com atualização monetária sobre a provisão de INSS Cooperativa, nota 17.c e despesa com Ajuste a Valor presente dos imóveis registrados como Investimentos e sobre veículos.

34 – Resultado Patrimonial

Conforme Instrução CVM nº 247/96 – Art. 16, a Equivalência Patrimonial apurada deverá ser apropriada como receita ou despesa operacional, quando corresponder a aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido da Controlada, em decorrência da apuração de lucro ou prejuízo no período ou de ajuste de exercícios anteriores.

a) **Receitas Patrimoniais** – Referente a receitas com aluguéis dos imóveis para renda, a integralização dos juros/sobras referente ao Investimento na CREDFAZ, além do Resultado Positivo com a equivalência Patrimonial nas Controladas, caso ocorra.

Receitas Patrimoniais	2010	2009	%
Imóveis para Renda	961.119,76	534.853,36	79,70
Equivalência Drogaria Vitabel	614.861,73	-	-
Equivalência Avtur	2.671,52	-	-
CREDFAZ	-	178.358,21	-
Lucro na alienação de Imobilizado	45.893,71	13.381,72	242,96
Total	1.624.546,72	726.593,29	123,58

b) Despesas Patrimoniais – Refere-se às despesas com os imóveis para renda, além do Resultado Negativo com a equivalência Patrimonial nas Controladas.

Despesas Patrimoniais	2010	2009	%
Imóveis para Renda	393.045,60	66.330,50	492,56
Drogaria Vitabel	209.596,42	524.132,45	(60,01)
AVTUR - ASSEFAZ Viagens e Turismo	904,47	9.490,53	(90,47)
ASSEFAZ Garden Hotel	228.776,42	198.647,85	15,17
Prejuízo na Alienação ou Baixa de Bens	13.057,64	17.571,49	(25,69)
Total	845.380,55	816.172,82	3,58

35 – Transações com Partes Relacionadas

Principais transações entre a Assefaz e suas controladas:

35.1 - Assefaz Garden Hotel - Mantém transações comerciais entre si, principalmente, de operações de reembolso de diárias, utilizadas pelos Beneficiários da Controladora. Atualmente, a Assefaz arca com 50% do valor das diárias dos beneficiários adimplentes que utilizam o hotel, valor este pago através da emissão de nota fiscal em nome da Fundação. Além disso, neste exercício houve o aporte de R\$ 196.415,08, como Integralização de Capital, com a finalidade de cobrir os prejuízos acumulados.

35.2 – Drogaria Vitabel - Mantém transações comerciais entre si, principalmente, de operações de reembolso de medicamentos, comprados pelos Beneficiários da Controladora. A Fundação reembolsa 50% das vendas de medicamentos realizadas por beneficiários adimplentes de planos com essa cobertura e com receita médica. A Drogaria está instalada em imóvel da Controladora, e repassa o montante de R\$ 6.000,00 mensais, a título de aluguel.

35.3 – Avtur Viagens e Turismo – A controlada encerrou suas transações em 2008. Em 2010, houve a transferência de ações telefônicas, no montante de R\$ 566,74, a título de devolução de Capital Integralizado. A Avtur encerrou o exercício apenas com o saldo de Ações Telefônicas custodiadas nos Bancos do Brasil e Bradesco, cuja propriedade está sendo transferida para a Fundação.

Os saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e de resultados são os seguintes:

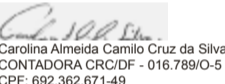
Transações entre partes Relacionadas	2010
Ativo Circulante	255.975,00
<i>Cientes a receber</i>	<i>255.975,00</i>
Vitabel	255.975,00
Hotel	-
Ativo Não Circulante	196.415,08
<i>Investimentos - Integralização de Capital</i>	<i>196.415,08</i>
Passivo Circulante	148.112,26
<i>Valores a pagar</i>	<i>148.112,26</i>
Vitabel	148.112,26
Hotel	-
Resultado	4.900.250,36
<i>Receita</i>	<i>36.005,16</i>
Vitabel	36.005,16
<i>Despesa - Reembolso 50%</i>	<i>4.864.245,20</i>
Vitabel	4.666.401,14
Hotel	197.844,06

37 – Eventos Subseqüentes

Abaixo, foram listados alguns fatos que poderão interferir no resultado dos próximos exercícios:

a) **RN 227/2010, publicada pela ANS** – Dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões Técnicas, especialmente da Provisão de Eventos a Liquidar. Esta RN altera a de número 1209/2009 e entra em vigor em janeiro/2011.

b) **Programa de Benefícios de Medicamento** – A Assefaz, em 12/01/2011, firmou contrato com a empresa Orizon, colocando em prática o Programa de Benefícios de Medicamentos, que integra um conjunto de ações da Assefaz visando à prevenção e promoção da qualidade de vida, denominado Programa de Atenção Integral à Saúde (PAISaúde). O benefício concede, a todos os usuários de planos de saúde, independentemente do plano contratado, descontos de até 60% em uma ampla rede de farmácias e drogarias de todo Brasil. Para usuários dos planos com cobertura farmacológica, o subsídio de 50% sobre o valor gasto com medicamentos passa a ser concedido automaticamente, no ato da compra, em qualquer uma das 6 mil farmácias e drogarias credenciadas pela Orizon. Estima-se que, além de facilitar o fluxo do reembolso, este contrato traga redução nas despesas administrativas e assistenciais.


Carolina Almeida Camilo Cruz da Silva
CONTADOR(A) CRC/DF - 016.789/O-5
CPF: 692.362.671-49


Rodrigo Aguiar de Castro
GERENTE NACIONAL DE FINANÇAS
CPF: 821.487.751-20


Rosana Ribeiro Lima
SUPERINTENDENTE EXECUTIVA
CPF: 258.714.809-00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, tendo examinado os Balanços Patrimoniais da Fundação ASSEFAZ e controladas – Hotéis e Restaurantes ASSEFAZ Ltda e Drogaria Vitabel Ltda, e demais peças que compõem a Prestação de Contas de 2010, juntamente com os Relatórios dos Auditores Independentes, emitidos pela Apíce Auditores Independentes, manifesta-se favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Brasília, 23 de março de 2011

LOURIERDES FIUZA DOS SANTOS
Conselheiro Presidente

LUÍS FERNANDO FERREIRA COSTA
Conselheiro Titular

DOMINGOS POUBEL DE CASTRO
Conselheiro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da ASSEFAZ é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 04/03/2010, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011

Apíce Auditores Independentes S/S
CRC 2SP020.790/0-4


Paulo Rogêno de Azevedo
Contador - CRC/SP 192.653/0-5-S-DF